



Vera Rocha

Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Acta nº 14

3ª Sessão Ordinária de 2019

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no edifício da Junta, em Terrugem, realizou-se a 3ª Sessão Ordinária de 2019 da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto 1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Ponto 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO 3 - ORDEM DO DIA

1. Apreciar e Votar a Acta nº 13;
2. Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 3º Trimestre de 2019.

Presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia:.....

1. Carlos Manuel dos Santos Duarte
2. Emídio Parcelas Pardal
3. Bernardo Barros Martins de Silva, substituindo Vera Sofia Rodrigues da Rocha
4. Fernando da Silva Pires
5. Tiago Manuel C. Jaco, substituindo José Fernando Morais
6. José Manuel Patrão dos Santos
7. Luis Fernando Alegre dos Santos
8. Nuno Alfredo da Silva Cardoso
9. Ana Maria Domingos Carioca
10. José António Alves do Paço
11. João Pedro Gaspar Ferreira
12. Ludovico Calado Martins

.....
Pela parte do executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes todos os seus elementos, nomeadamente, o Presidente, Guilherme Joaquim Coimbra

Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem - Acta nº 14
3ª Sessão Ordinária-2019, de 24 de Setembro de 2019

Ponce de Leão, o Secretário, Domingos Bicho Chiolas, a Tesoureira, Lúcia Joana Carreira Duarte e o Vogal José Alberto dos Santos Carvalho.
.....
.....

2
Eugénio
Feira Rocha

ABERTURA

O Senhor Presidente da Assembleia considerou aberta a reunião saudando todos os presentes e congratulando-se por ter a “casa cheia” e deu início ao

Ponto 1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Deram entrada quatro inscrições para uso da palavra, no Período Aberto ao Público, nomeadamente, os fregueses Miguel Gonçalves, Elisa Santos, Henrique Martins e Fernanda Botelho, tendo-lhes sido dada a palavra pela ordem indicada.

1º - Sr. Miguel Gonçalves – Depois de saudar o presentes, fez a seguinte intervenção: “ - Em primeiro lugar, gostaria de questionar qual tem sido a actuação da Junta na problemática do lixo e dos depósitos ilegais que têm sido motivo de dezenas de vídeos nas redes sociais. Existem e estão já identificadas dezenas de pontos de despejo habitual de entulhos, restos orgânicos (provavelmente provenientes de restaurantes da zona), assim como enorme quantidade de caixas de cartão provenientes de lojas (que não são difíceis de identificar) e resíduos provenientes de oficinas auto. Todas aqui da zona. Devo dizer que, praticamente, todas as semanas faço registos no Sintra Resolve, com fotografias, mas a situação não tem sinais de abrandar, estando, até, a piorar. Já agora, partilho que vivo numa rua sem saída, são apenas 4 vivendas, e nós devemos “produzir” mais lixo que a Terrugem inteira. Foi limpa na 6ª Feira e, se lá formos hoje podemos ver que já lá está um sofá e cadeiras. Sei que na próxima 6ª Feira, voltará a ser limpo e na 2ª estará, de novo, sujo. Há 4 ou 5 pontos, aqui perto que são, de facto, um descalabro.....
-

Em segundo lugar, queria também abordar a falta de fluidez do trânsito, a atravessar a localidade de Terrugem. Atravessar a Terrugem é sinónimo de marcha lenta forçada em quase todas as horas do dia. Através da verificação no local, parece-me claro que em causa está a errada temporização semafórica da passagem de peões e na obtenção deste sinal. Estando alcatroada a Rua dos Currais, esta passou a ser alternativa a muitos à passagem por dentro da localidade, como já aponte. Mas o facto de ter um novo tapete proporciona velocidades mais elevadas, aumentando o perigo de acidentes. Parece-me urgente a colocação de alguma limitação de velocidade (o mais óbvio serão lombas - na zona mais recta da referida rua, assim como a colocação de um espelho e a pintura de uns traços de separação das vias na zona do entroncamento desta rua dos Currais com a Estrada de A-do-Pipo. É frequente a entrada de viaturas em fora-de-mão, nessa zona.

Por último, pretendia questionar esta Assembleia porque é que há tão poucas reuniões da Assembleia de Freguesia (4 anuais). Apesar da pacatez da nossa zona, a frequência das assembleias de freguesia devia ser maior, pois há

3
Vera Rocha

inúmeras questões a tratar e o hiato de tempo entre as reuniões é manifestamente grande. Muito obrigado”.

Sr. Presidente AF - “Muito obrigado Sr. Miguel, vejo que o Sr. Presidente da Junta pretende responder a algumas questões. Eu permitir-me-ia só tentar dar resposta ao último ponto da sua intervenção, relativamente à periodicidade das reuniões efectuadas, quer pelo Executivo a Junta, quer pela Assembleia. Relativamente à Assembleia, como sabe, está determinado por lei que têm de haver 4 reuniões ordinárias e as extraordinárias que forem necessárias. Poderei concordar consigo, que são poucas quando falamos em 4 anos de mandato, mas isso é o que vem consignado na Lei. O que já fizemos, com a concordância de todos os elementos da Assembleia, foi reuniões descentralizadas, o que não é fácil, pois obriga os serviços administrativos a um esforço suplementar, mas temos conseguido e vamos continuar a fazê-las, pois não é todos os dias que temos o prazer de ver a casa cheia, muitas vezes estão apenas os elementos da Assembleia, o que se me afigura extremamente pobre para a importância dos temas em apreço. Decidimos assim, que iremos ao encontro de todos os municípios que fazem parte desta União de Freguesias. Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta.”

Sr. Presidente da Junta - “Muito obrigado Sr. Presidente. Começando também pelo último ponto, as outras freguesias também não podem fazer mais sessões que aquelas que estão consignadas na Lei. Podem ser feitas 4 extraordinárias, se for necessário, mas nada obriga a que tenha de haver reuniões extraordinárias se não houver assuntos prementes a resolver. A população pode solicitar uma Assembleia, desde que reúna um certo nº de assinaturas, mas isso depende dos nossos fregueses.

Sobre os lixos, em Dezembro do ano passado, assinámos um protocolo com a Câmara de Sintra e com os SMAS, para darmos apoio aos SMAS na recolha de monos. E é isso que temos feito. Posso dizer-lhe que neste ano de 2019 foram recolhidas 144 toneladas só de monos, faltando ainda os dados dos primeiros 3 meses, pois só mais tarde é que se começou a ter o sistema de computadorização em funcionamento. Mas 200 toneladas num universo de 7500 toneladas que os SMAS já recolheu no Concelho, não é nada. Mas os monos são leves e os que mais encham os nossos carros. Por isso, andamos de manhã à noite para transportar uma tonelada de lixo. Contando em toneladas trata-se de um número reduzido, mas em termos de metros cúbicos já nos parece infundável. E continuaremos a fazer isso todos os dias, em que temos um carro na rua com dois homens, mas não conseguimos dar conta do recado. Chegamos a fazer um determinado trajecto e quando voltamos, já há mais lixo nos mesmos sítios. E temos um problema gravíssimo, que é a nossa freguesia ser de passagem. Nós sabemos que a grande maioria das pessoas que aqui deitam o lixo, são residentes noutras freguesias, fazem uns biscates e quando vêm com as latas de entulho vêm despejar na nossa zona. Nós não somos fiscalizadores e a lei não permite que tire uma fotografia e faça queixa, porque não sou autoridade que trate do processo. Há pessoas que denunciam e acabam perseguidas. Compete à Polícia Municipal fiscalizar a situação, mas como compreenderá 60 efectivos para todo o concelho, não é suficiente, Tudo vai do bom senso e educação, mas o que lhe posso dizer é que a Junta está a cumprir escrupulosamente aquilo

[Handwritten signature]
[Handwritten star symbol]
Vara Pácho

que acordou com a Câmara Municipal de Sintra. A partir de agora poderá haver uma melhoria, pois os SMAS adquiriram recentemente 40 carros novos, mais bem apetrechados para a recolha. E este problema não acontece apenas nos locais junto aos contentores, mas também nos terrenos e nos caminhos

Em relação ao trânsito na Terrugem, talvez tenha sido eu a pessoa que mais indagou a Câmara sobre a matéria, mas a Câmara não consegue fazer nada enquanto tivermos as Infra-estruturas de Portugal a trabalhar da maneira que está. A IP é um gueto onde ninguém consegue entrar. Fazem o que querem e lhes apetece. Ainda hoje pedimos que as passadeiras de Terrugem fossem repintadas, mas a resposta foi que "tomara todo o país terem passadeiras no estado em que estão as de Terrugem". O mais grave é que nem nós nem a Câmara podemos pintar. A Rotunda "do Cortador" como nós chamamos, já é a 2ª vez que é chumbada e continuamos com o problema. Em relação à Estrada de A-do-Pipo é uma estrada que não pode ser pintada, porque não tem largura suficiente.

Em relação às lombas, o executivo da Câmara não quer pôr lombas nas estradas pois isso interfere com os interesses dos operadores de transportes públicos, estragam os travões eléctricos, etc."

2º - Srª D. Elisa Santos - Saudou os presentes e fez a seguinte intervenção: "*Agradeço a oportunidade e peço desculpa por algum nervosismo explícito da minha parte. Encontro-me aqui hoje para tentar encontrar uma solução viável para uma situação que considero injusta e que vou passar a relatar: Em 2009, dada a vontade de encerrarem a Escola Básica nº 2, de Alvarinhos, a autarquia assumiu o compromisso de assegurar transporte, o que permitiu aos alunos deslocarem-se para Godigana, sem encargos financeiros para os pais e sem prejuízo da segurança e do bem-estar das crianças. Hoje, passados 10 anos e quando da necessidade de matricular a minha filha numa escola com Componente de Apoio à Família (CAF), deparei-me com uma realidade completamente diferente e injusta, por não se enquadrar na realidade de alguns agregados familiares. As crianças de Alvarinhos não são contempladas com os mesmos direitos das outras crianças: o direito ao transporte escolar. Visto não ter meios que garantam que a minha filha chegue a horas à escola em condições de segurança, venho pedir à Assembleia que pense neste assunto como se de um problema seu se tratasse e intercedesse junto da Autarquia, para que esta situação tenha um desfecho diferente, no ponto de vista da vertente humana. Matriculei a minha filha em 5 escolas (que a minha filha é uma criança condicional) e só entrou na 4ª opção, em Bolembre, sendo que a Autarquia alega que a minha filha não foi matriculada na escola de residência que seria Santa Susana. A meu ver, a Escola de Santa Susana não asseguram as mesmas condições das outras escolas, como o CAF. Acho que os pais, hoje em dia, trabalham e têm necessidade destas valências para tratarem das suas vidas. A minha filha teve de aceitar a 4ª opção, tendo sido recusada em S. João, Faião e Vila Verde. Custa-ma a aceitar que isto não tenha solução. Basicamente é isto que queria apresentar.*"




Sr. Presidente da AF - "Muito obrigado. Certamente que o Sr. Presidente da Junta irá fazer as diligências ao seu alcance para tentar resolver o problema. No entanto existem instâncias onde poderá fazer chegar a sua voz, nomeadamente à Assembleia Municipal, às reuniões de executivo públicas, que são mensais e mesmo da Câmara Municipal de Sintra, em que também é possível usar da palavra. São, portanto, canais que a Sr^a pode e deve utilizar, pois é um direito que lhe assiste e ninguém o pode negar, mas o Sr. Presidente da Junta, certamente, quererá complementar o que acabo de dizer."

Sr. Presidente da Junta - "Não sendo da parte da Câmara, obrigatório dar transporte, acho que, moralmente, haverá aqui algo que pode ser explanado à Câmara para que possam fazer alguma coisa. O executivo tem estado, ao longo destes 10 anos (e 6 da União de Freguesias) sempre ao lado de quem tem estes problemas. Já no executivo da Terrugem, comandado aqui pelo meu amigo José Paço, havia um transporte de crianças dos JI para as escolas de referência, porque o próprio Estado e a Câmara, não são obrigados a fazer este tipo de transporte. Claro que, quando temos pais que têm de se deslocar para Lisboa e saem às 7 da manhã, como é que vão pôr as crianças à escola?! Então, o que se fez foi arranjar um transporte, a expensas da Junta, e andou assim durante vários anos, até que deixou de ser necessário e este ano, já não houve inscrições para esse tipo de transporte. Claro que a Câmara, nesta matéria, vai ser lacónica, mas terei todo o gosto em pedir uma audiência ao Sr. Vereador Rui Pereira, Vice-Presidente da Câmara e responsável pelo pelouro da Educação e também por esta temática dos transportes."

3º - Sr. Henrique Martins - Após apresentar as saudações, fez a seguinte intervenção: "*O assunto é de âmbito diferente, mas que é da maior relevância. Recentemente, numa presidência aberta, que terminou nesta casa, onde tive o prazer de estar presente, ouvi o Sr. Presidente da Câmara a dizer que estará ao lado as populações, se houver essa vontade de ter as freguesias separadas. Tenho estudado o nosso território e gostava de apresentar um trabalho relacionado com a União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem, lançando alguns dados para reflexão. Passo a ler: ANEXO I, que foi distribuído pelos presentes.*"

Presidente Af. - "Muito obrigado pela sua intervenção e pelo conteúdo da mesma, pois ficamos mais enriquecidos. Seguramente que estaremos sempre atentos à possibilidade de esta Assembleia e o Executivo, estarão disponíveis para qualquer situação que nos queira transmitir.

4º Sr^a D. Fernanda Botelho - Fez a seguinte intervenção : "*Muito boa noite a todos. Venho aqui em nome do Sintra Sem Herbicidas e queria congratular esta Junta, porque, de facto, parece estar a fazer um esforço para usar menos herbicidas com glifosato e mais o corte com roçadoras. Isso é visível. No entanto, a Magoflor, continua a usar herbicidas em espaço público, nomeadamente no Parque de Merendas de Arneiro dos Marinheiros e no jardim público da Chilreira. Vi lá um aviso com a data de 12 de Agosto, apesar da Câmara se ter comprometido a acabar com os herbicidas com glifosato até*



Vera Pacheco

final de Junho. A Câmara já não usa. Por isso gostava de saber se a Junta o pode usar, tendo a Câmara o proibido. Vou ler uma carta que fizemos para a Magoflor, porque, de facto, é proibido usar glifosato em espaços públicos e a lei é muito clara sobre isso. "(Leu a carta) -ANEXO -II -----

Disse ainda que,"- *se falou aqui dos SMAS que tem uma água da torneira muito boa, e faço um convite para que deixem de usar garrafas de plástico nestas reuniões (um jarrinho com água, que até pode ter um raminho de alecrim dentro, que faz bem à memória e nos mantém acordados).Fica a sugestão. Obrigada".* -----

Sr. Presidente AF - "Muito obrigado. Agradeço a sua intervenção e preocupação relativamente às questões ambientais. Seguramente que todos nós registamos e partilhamos a sua preocupação e, seguramente que estaremos atentos e receptivos a sugestões que nos cheguem, quer particularmente quer através da sua associação. " -----

Sr. Presidente da Junta - "Em relação a isto, posso dizer que a Câmara não pode proibir a Junta de nada, porque a Junta rege-se pela lei do País, que não proibiu o glifosato nos espaços públicos a não ser em certas e determinadas situações. De qualquer forma, a Junta, por decisão do executivo do ano passado, deixou de aplicar herbicidas, nomeadamente o único que é autorizado, que é o "evasion" que, de acordo com as tabelas de segurança, está provado cientificamente que não fazem mal a nada. Note-se que a Junta decidiu acabar, também, porque a despesa era enorme e os resultados eram fracos. Há mais de um ano que não utilizamos. A Câmara, pelas mesmas razões, também decidiu não aplicar mais herbicida. Não proibiu. As empresas que o utilizam, não estão impedidas de o fazer pois a lei não as proíbe e elas precisam de eliminar as ervas infestantes dos relvados."

Sr. Presidente AF - "Muito obrigado. Não havendo mais intervenções, passemos, então, ao

Ponto 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Senhor Presidente AF - "Solicito a leitura de um parecer da CCDR relativamente à forma de aprovação das actas. Efectivamente, o decreto-lei 4/2015, de 7 de Janeiro, nomeadamente no nº 3 do seu artigo 34º, diz o seguinte: "Não participam na aprovação da acta os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita." Eu trouxe este extracto para aqui para dizer o seguinte: Na última reunião, quando colocámos à votação a acta da reunião anterior, estavam presentes alguns elementos que não tinham participado nessa mesma reunião e que, obviamente, manifestaram a vontade de não exercerem o seu direito de voto. A figura da votação, como sabem, comporta três possibilidades: A favor, contra e abstenção. Efectivamente, a redacção deste parecer da CCDR é um pouco inconclusiva relativamente à figura da abstenção. Não quero criar qualquer polémica nesta Assembleia, porque, seguramente, V.s Ex^{as}, melhor do que eu, interpretam este artigo 34º, mas atrever-me-ia a solicitar aos elementos desta Assembleia que, quando se

Vera Roche

procedesse à votação da acta da reunião anterior, fizessem chegar à mesa a sua expressão de terem ou não estado presentes. Isto porquê? É que temos tido alguma dificuldade, quando olhamos para esse lado, para fazer a contagem dos votos e, de repente, podemos dizer "Aprovada por unanimidade", mas essa unanimidade pode não corresponder à unanimidade das pessoas presentes. Solicitava, portanto, aos membros desta Assembleia que, não tendo estado presentes na sessão anterior, antes da votação da acta, manifestassem à mesa a sua vontade de não participar nesta mesma votação. Não peço que saiam da sala, mas peço o especial favor que se retirarem do lugar que ocupam, para que seja mais fácil a contagem dos votos. Parece-me que isso é possível. Mas gostaria de ouvir as diferentes bancadas relativamente a esta matéria."-----

Vogal José António do Paço - "Estou de acordo, pois se não tivermos estado presentes, não votamos a acta, conforme diz a lei. Mas continuo a ter as minhas dúvidas, pois nós votamos com o braço no ar e penso que basta que quem não esteve presente comunique à mesa que não esteve presente, e já não vai ser preciso qualquer outro procedimento."-----

Vogal Ana Carioca - "Esta questão da votação das actas já foi falada, mas penso que a qualquer elemento que não tenha estado presente, bastará não levantar o braço, que é sinal disso mesmo, sem ser preciso qualquer outra acção que só servirá para causar ruído."-----

Vogal Luis Santos - "Boa noite a todos é pena que parte do público se tenha ausentado. Relativamente ao período de intervenção do público que o Sr. Presidente da Assembleia pediu que fosse alargado, quero dizer que sempre foi intenção da bancada do PS, que as pessoas pudessem explicar as suas ideias nas suas intervenções e por isso estamos sempre disponíveis para que esse período seja alargado. Relativamente à D. Elisa, que já foi embora, penso que ela deverá dirigir-se a quem de direito para tentar resolver o seu assunto. Queria também dar os parabéns ao Henrique Martins (que também já não está cá para ouvir) pelo trabalho que aqui nos apresentou na intervenção que fez.---

Relativamente aos herbicidas, Sr. Presidente, isto, de facto, é um bocadinho preocupante. Há aqui um desacordo entre o que a Senhora D. Fernanda Botelho diz que viu e o que o senhor diz que ocorre. Gostava que isto da utilização de herbicidas fosse minimamente esclarecido, pois se uma empresa ou empreiteiro está em funções para a Junta deveria estar sujeita aos mesmos princípios que a Junta defende. Era bom que as coisas ficassem claras. Mas o sentido da minha intervenção é retomar um assunto que vem do mandato anterior referente à homenagem ao Sr. Manuel Carioca, pai da nossa camarada Ana Carioca. Segundo o que sei, ficou aprovado em Assembleia o que fazer, onde, como... ficou suspensa a sua execução dada a proximidade das eleições para não haver conotações político-eleitorais, o que acho bem, mas já passaram dois anos, pelo que queria perguntar ao Sr. Presidente, para quando?"-----

Sr. Presidente da Junta - "Mas onde é que está o grupo para interagir com a Junta de Freguesia? Foi isso que foi combinado. Na altura, solicitámos à bancada do Partido Socialista, à família, aos amigos, que manifestasse a intenção de se fazer a homenagem ao Senhor Manuel Carioca, e que o Executivo estará 100% ao lado e executará aquilo que for sugerido logo que definido o local para o efeito."

Vogal Luís Santos - "Então, Sr. Presidente, eu ponho as coisas por outras palavras. Se tem de partir da nossa parte, vai partir da nossa parte, mas que se dê início àquilo que estava aprovado na Assembleia do anterior mandato. Mas irei consultar a acta da reunião onde o assunto foi debatido para ficar esclarecido."

Sr. Presidente da Junta - "Não estava aprovado. O assunto foi debatido sim, mas nada de concreto ficou decidido. Volto a pedir-vos para apresentarem as sugestões necessárias, os locais e como se deverá fazer, que a Junta estará, de imediato, na disposição de o fazer, dentro dos condicionalismos que têm de ser respeitados. E com todo o gosto."

Vogal José Manuel Santos - Depois das saudações e agradecimentos pelas felicitações de aniversário à sua entrada, fez a seguinte intervenção: "Em relação à solicitação do Sr. Presidente da Assembleia, para nos levantarmos ou não, por mim, farei aquilo que se entender mais confortável e mais fácil à mesa fazer a contagem dos votos. Mas isso é apenas o meu entendimento. Em relação à homenagem ao Sr. Carioca, na altura, o assunto foi falado e a vontade de a fazer foi subscrita por todos, mas ficou de ser criado um grupo, por alguém de entre as pessoas que viveram mais perto dele e melhor o conheceram, que tivesse a iniciativa de apresentar um plano."

Sr. Presidente da Junta - "Gostava de comunicar à Assembleia uma situação que está a decorrer neste momento e que tem a ver com a transferência de competências para as juntas de freguesia. Vou alongar-me um bocadinho, mas a Assembleia tem de tomar conhecimento para que depois possamos comunicar à DGAL, o que neste momento está a ocorrer. Nós, até 30 de Setembro, tínhamos de ter o processo negocial encerrado com a Câmara Municipal de Sintra. O Sr. Presidente da Câmara - e muito bem - fez um grupo de trabalho com todas as entidades de dentro e de fora da Câmara, que estudam o problema e têm competências na matéria, para que a transferência dessas competências fosse razoável, sem que as freguesias fossem penalizadas. Isto não é fácil, tanto que este grupo de trabalho não conseguiu, até há bem pouco tempo, chegar a bom porto, pois os dados que os serviços camarários forneceram não estão em consonância com aquilo que as juntas de freguesia entendem sobre a transferência de competências. Assim, vimo-nos todos obrigados -Sr. Presidente, vice-Presidente, membro que dirigia o grupo de trabalho e técnicos da Câmara - na contingência de reunir individualmente com cada freguesia. Fizemos duas reuniões que não foram conclusivas. Logo que concluídas as negociações, o que espero em breve, solicitarei ao Sr. Presidente da Assembleia a convocação de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária, para se liberar sobre o assunto."

Y. A. P.
Vera Rocha

Quis ainda manifestar, em nome do executivo, o maior agrado pelos grandes festejos em honra de N^a Sr^a da Nazaré, que tiveram lugar na Terrugem e que terminaram neste último fim-de-semana. Que ficou deveras sensibilizado e queria publicamente, endereçar à Comissão de Festas de Terrugem, de que estão presentes 3 elementos que também fazem parte desta Assembleia. As festas decorreram bem a todos os níveis, pois nada se encontrou que pudesse por em causa o seu êxito. Foi um privilégio participar no Círio.-----

Vogal José António do Paço - "No seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Junta - e em nome da Comissão de Festas de N^a Sr^a da Nazaré, de Terrugem - mesmo já tendo feito o agradecimento público, no último dia de festa, tanto na missa como no recinto dos festejos após a actuação da última artista, a todas as entidades e empresas que nos apoiaram, quero aqui e nesta sala, agradecer à Junta de Freguesia e ao seu Executivo, todo o apoio que nos prestaram durante os festejos. Embora tenha trazido alguns apontamentos, sou mais de dizer aquilo que me vai na alma, pelo quero agradecer à Junta todo o empenho, agradecer também aos funcionários que estiveram sempre disponíveis para nos ajudar, com destaque para o Jaime que, estando em casa, várias vezes o chamei e ele sempre esteve disponível para o que fosse necessário. E naquelas alturas, há sempre coisas que pensamos que estão resolvidas mas não. Graças a isso, tudo acabou por correr bem. Quera também agradecer ao Sr. Presidente da Junta as suas presenças protocolares (missas, procissões, círio) e o facto de ele ter estado sempre presente também nos dias que antecederam a festa a resolver situações do recinto dos festejos. Quero fazer só um à parte, porque as coisas são o que são e nós, embora adversários políticos, nestas situações estamos a trabalhar para o bem da nossa União das Freguesias e para que as Festas de N^a Sr^a da Nazaré fossem o que foram, que nos deixaram a todos muito satisfeitos e orgulhosos pela forma como tudo se passou e isso foi muito bom. Mas, em nome pessoal, queria aqui deixar um agradecimento ao Sr. Presidente da Junta porque nós estivemos os dois no terreno, antes dos festejos, naquela semana de preparação e eu debati-me ali com alguns problemas de última hora e tive sempre o seu apoio e ajuda para resolver esses problemas e isso, para mim e para a Comissão de Festas, foi muito importante. Por tudo isso, quero que fique registado um agradecimento ao Sr. Presidente e a todo o Executivo."-----

Sr. Presidente da Junta -"Agradeço muito as palavras do Sr. José Paço, vogal desta Assembleia e posso dizer que já cultivámos alguma amizade e temos perspectivas da vida e da política semelhantes. Somos adversários (embora não me considere adversário) porque não é essa a minha maneira de ser e de estar. Eu tento, dentro da minha posição institucional, cumprir ao máximo, aquilo que é um dever de um Presidente de Junta, que é apoiar as instituições que trabalham em prol da comunidade. A Junta não pode é apoiar seja quem for, sem que haja um pedido expresso. "-----

Sr. Presidente AF - "Muito obrigado. Passemos então ao

PONTO 3 - ORDEM DO DIA

1 -Apreciar e Votar a Acta nº 13;-----

O Vogal Luis Santos Solicitou a correcção de uma gralha na lista das presenças, o que foi aceite e corrigido após o que a acta nº 13 foi colocada à votação e aprovada por maioria sem o voto dos membros que estiveram presentes (Ana Carioca, Tiago Jaco e Bernardo Silva).-----

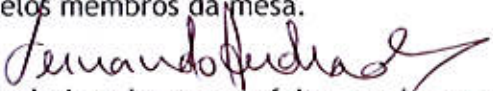
2-Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 3º Trimestre de 2019;-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, este fez a seguinte intervenção: -
"Não há muito a falar em relação à informação escrita que foi distribuída, pois ela explana aquilo que se fez durante este trimestre. De qualquer modo quero explicar Aquilo que me apraz dizer é que o executivo da Junta está focado na questão da manutenção, a todos os níveis, na Freguesia. Obras que estejam planeadas para este ano já não há, pois foram feitas no 1º semestre o que estava programado para o ano todo. Exceptuam-se as pequenas situações imprevistas que vão aparecendo. Estamos empenhadíssimos na questão dos lixos, que vai ser a nossa principal prioridade no último trimestre a par da manutenção dos parques infantis, pois existe alguma disponibilidade para isso. Queria também comunicar que, durante o resto do ano e no próximo, vai realizar-se a empreitada de repavimentações de algumas ruas da União de Freguesias. Por questões técnicas dos empreiteiros, isso demora muito mais do que esperávamos, pois há que ter em conta que eles actuam também noutras freguesias e isso impede alguma consistência num trabalho contínuo. Ainda não vão ser contempladas todas as ruas que tinham sido apresentadas para 2019-2020 e que são cerca de 20 arruamentos. Pretendemos que se vá a todas as aldeias para que a população veja que, da parte da Câmara, há essa disponibilidade para colmatar as situações mais complicadas. Mas fico à vossa disposição para qualquer esclarecimento que entendam necessário."

Não se verificou qualquer intervenção.-----

Encerramento - Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia por encerrada esta reunião, deixando a informação de que em breve e logo que concluídas as negociações com a Câmara sobre a lei da transferência de competências do município para as freguesias, seria convocada uma assembleia extraordinária para se deliberar sobre o assunto. -----

No final, foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da mesa.

E eu, , na qualidade de
funcionário designado para o efeito, a subscrevo. -----

Seguem-se os seguintes anexos:

Luís B
Vera Rocha

Anexo I - União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem : Uma freguesia ou duas freguesias ? (Henrique Martins)

Anexo II - Preservação do ambiente (Sintra sem herbicidas)

Até 2013, quando da reorganização administrativa das freguesias em Portugal Continental, São João das Lampas e Terrugem eram das freguesias mais estáveis nos seus limites administrativos, pois desde a sua instituição, como paróquias no início do século XVI, que não tinham visto o seu território alterado.

Agora há que refletir sobre as vantagens destas duas freguesias se manterem em união ou se haverá vantagens em adquirirem novamente os seus limites históricos. Neste último caso será necessário avançar para a desagregação com argumentos válidos e fortes. Mas primeiro terá de haver uma lei da Assembleia da República que o possibilite, o que se espera seja feito antes do novo ciclo autárquico, a iniciar em 2021.

Em conformidade, o que se apresenta de seguida são alguns dos argumentos que poderão justificar as vantagens da desagregação destas duas centenárias freguesias do concelho de Sintra.

Para começar queremos salientar que a gestão do território pressupõe, aos autarcas locais (membros da junta e da assembleia de freguesia), um bom conhecimento das características deste espaço administrativo (das pessoas, das instituições, da geografia, da história, do património, ...) e das leis que o regem, quer as de âmbito nacional, quer regional ou de âmbito local.

Neste último aspeto há que ter em conta que os autarcas das freguesias que são limitadas pelo oceano Atlântico têm sobre si a responsabilidade acrescida de conhecerem as leis que regem a orla costeira (atualmente Programas da Orla Costeira, que no caso destas duas freguesias é o de Alcobaça – Cabo Espichel, já em vigor) e também as leis que regem as áreas protegidas (atualmente Programas Especiais das Áreas Protegidas, que no caso destas duas freguesias é o de Sintra-Cascais, atualmente em fase de elaboração). Este é o caso dos autarcas da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem¹.

Para perceber o contexto em que São João das Lampas e Terrugem está inserido apresenta-se de seguida um estudo comparativo com outras freguesias de Portugal Continental. Assim...

¹ Em 2014, com a publicação da Lei de Bases Gerais de Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU) - Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - foi alterado o sistema de gestão territorial. Os programas vinculam as entidades públicas e prevalecem sobre os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal.

Das atuais 2.682 freguesias (ou uniões) de Portugal Continental há somente 136 com área limitada pelo oceano Atlântico, sendo uma delas a da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem. Destas 136 freguesias a maior em área geográfica é São Teotónio, no concelho de Odemira, com 347,25 Km² (maior que o concelho de Sintra), e a menor é Espinho com 7,88 Km². São João das Lampas e Terrugem, com 83,60Km², é das maiores, pois ocupa a 12ª posição².

Se for considerada a população residente em cada uma das 136 freguesias do litoral, novamente São João das Lampas e Terrugem, com 16.505 habitantes, ocupa uma posição cimeira, pois só 25 freguesias têm mais população. A maior, de acordo com os dados dos Censos de 2011, é a União de Freguesias de Cascais e Estoril, no concelho de Cascais, com 61.808 residentes e a menor é Bordeira, no concelho de Aljezur, com somente 432 habitantes.

Comparativamente, das 136 freguesias com litoral, só há 3 com, simultaneamente, mais área e mais população no seu território: Sesimbra (Castelo), Marinha Grande e União das Freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã. Todas elas são sede de concelho ao contrário de São João das Lampas e Terrugem

As freguesias (ou uniões) de Portugal Continental com área inserida em áreas protegidas, e simultaneamente limitada pelo oceano Atlântico, são apenas 51, sendo uma delas a da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem. Destas 51 freguesias a maior em área geográfica é novamente São Teotónio, no concelho de Odemira, e a menor é Azurara, no concelho de Vila do Conde, com 10,65 Km². São João das Lampas e Terrugem, como já referido com 83,60Km², é das maiores, pois ocupa a 8ª posição.

Se for considerada a população residente em cada uma das 51 freguesias do litoral e com território em área protegida, São João das Lampas e Terrugem ocupa novamente uma posição cimeira, pois só 10 freguesias têm mais população. A maior e a menor são as já referidas União de Freguesias de Cascais e Estoril e a Freguesia de Bordeira.

Comparativamente, das 51 freguesias com litoral e inseridas em território de áreas protegidas, somente a freguesia de Sesimbra (Castelo) apresenta, simultaneamente, mais área e mais população no seu território.

² Em termos de área a União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem ocupa a 208ª posição nas 3.092 existentes em todo o território português (inclui as 2 Regiões Autónomas).

Esta é, parece-nos, uma forte razão para que a freguesia de São João das Lampas e a freguesia de Terrugem voltem a ser o que eram em termos administrativos, pois há que acrescentar que estes habitantes estão dispersos por mais de 60 lugares/localidades (mais de 40 em São João das Lampas e mais de 20 na Terrugem), o que não acontece em mais nenhuma freguesia (ou união de freguesas) do nosso país.

Para a reflexão sobre as vantagens ou desvantagens de São João das Lampas e a Terrugem voltarem a ser freguesias autónomas podem-se invocar muitos outros aspetos, nomeadamente o da existência, no espaço geográfico destas freguesias, de sítios que são conhecidos como Património Natural, Arqueológico e Arqueológico e que devem ser conhecidos, divulgados e preservados e, se for o caso, recuperados, pois assim se valoriza o território onde estão inseridos. A quantidade e a qualidade dos mesmos é de ter em consideração. De acordo com documentos da Câmara Municipal de Sintra, na União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, estão classificados e em vias de classificação mais de oitenta sítios, o que é um número muito significativo. Há ainda a acrescentar que existe, nesta união de freguesias, uma situação excepcional considerada nos documentos da CMS que é o grande largo de São João das Lampas, inscrito como "Medida de Forma Complementar" (único no concelho de Sintra).

Obs: Brevemente divulgaremos outros dados que poderão ajudar ao debate sobre as vantagens ou desvantagens de se voltar a ter novamente as freguesias de São João das Lampas e da Terrugem a serem geridas autonomamente.

A posição do presidente da CMS tem sido a de apoiar o que as populações decidirem (mas é preciso decidir).

À vossa consideração,
Henrique Martins



Boletim 1


União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
(concelho de Sintra)

Uma freguesia?
ou duas freguesias?

Alguns dados para a reflexão



Boletim 1

	<h2>Preservação do ambiente</h2>
---	----------------------------------

O Sintra Sem Herbicidas é um grupo constituído por munícipes deste concelho que sentiram a necessidade de agir e provocar a reflexão sobre como estamos a afectar e a destruir o nosso meio ambiente. A preocupação é já com um futuro muito próximo. Se as notícias do flagelo da Amazonia nos exaltam será também crucial olharmos para mais perto e questionarmos as agressões que são praticadas onde vivemos.

Foram efectuadas análises à urina por dois membros do Sintra Sem Herbicidas tendo os resultados confirmado vestígios de glifosato em ambas. Das análises que foram efectuadas em Portugal os resultados foram extremamente preocupantes com níveis superiores a outros países europeus.

A Lei 26/2013 que regula os agro tóxicos frisa bem que os herbicidas de síntese só deveriam ser aplicados em último caso, e que deveriam ser privilegiados os outros meios de eliminação de plantas não desejáveis. O DL 35/2017 proíbe a sua aplicação em parques e jardins públicos, Centros de Saúde e Hospitais. Esta é ainda uma lei que deixa muito espaço à interpretação pelo que precisamos de ser mais insistentes na divulgação de informação e na promoção de mudanças de comportamentos.

Na Freguesias de São João das Lampas e Terrugem o Sintra Sem Herbicidas tem registado uma diminuição significativa da aplicação de herbicida nas estradas e em algumas aldeias, é infelizmente nos espaços públicos que temos tido denúncias de ocorrência que nos são enviadas para a nossa página de *facebook* por outros munícipes.

Queremos por isso apelar à vossa consciência e apoio neste debate colocando-nos à vossa disposição para podermos todos contribuir para a salvaguarda do nosso ambiente e da nossa saúde. Temos o exemplo do Concelho de Mafra aqui ao nosso lado de como este caminho já está a ser escolhido por outras autarquias.

Achamos importante que quem está no terreno, quem tem o conhecimento e a técnica, possa assumir a responsabilidade e participar em práticas sustentáveis ajudando a mudar comportamentos. Ajudem-nos a transformar e a melhorar este concelho para bem de todos, agora e no futuro.

Setembro 2019

Facebook: [sintrasemherbicidas](#)
sintrasemherbicidas@gmail.com
<https://sintrasemherbicidas.wordpress.com>